



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Secretaria-Executiva

Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis - CIISC

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis - CIISC**

**Data:** 24 de abril de 2023

**Local:** Palácio do Planalto, 4º andar, sala 95

**Horário:** 10h às 12h

Listas de Presença seguem em anexo

A reunião foi aberta pela Secretária-Executiva Adjunta da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), Sra. Tânia Oliveira, dando boas-vindas aos presentes e informando sobre os pontos de pauta previstos para a reunião, conforme enviado previamente aos órgãos. Informou que a alteração de representantes na composição do CIISC deverá ser realizada oficialmente à Secretaria-Geral da Presidência da República. Na sequência, a assessora da SG/PR, senhora Lea Rocchi, apresentou os seguintes informes: 1) SG/PR realizou reunião com 42 catadoras, realizada no dia 23/03/2023, com representação de todas as regiões, seguindo indicação dos movimentos (consolidação das demandas foram organizadas em 5 eixos, a serem compartilhados posteriormente; 2) SG/PR realizou reunião com representantes da ONU Mulheres para apresentar propostas das catadoras aderentes às linhas de atuação do Organismo para discutir possibilidades de projetos; 3) Reunião entre a SG/PR e a SRI/PR para atuação conjunta em relação aos Termos de Adesão; 4) Existência de quórum para aprovação das decisões (maioria simples), então a participação nas reuniões é necessária. SG enviará e-mail até três dias antes da reunião solicitando confirmação da participação. O e-mail deverá ser respondido para auxiliar na nossa organização; 5) SG/PR solicitará que os movimentos indiquem as representações de catadoras e catadores para as reuniões do CIISC, contemplando a diversidade de movimentos, territórios, de segmentos e de gênero e; 6) As pautas da reunião passarão a ser enviadas previamente para contribuições, conforme Regimento Interno.

Na sequência, passou-se para o ponto de pauta seguinte, com a apresentação dos órgãos sobre as ações para catadoras e catadores executadas em anos anteriores, em execução e a serem executadas em 2023. A Secretária-Executiva Adjunta (SG/PR) informou que apenas 5 Ministérios enviaram as informações previamente, conforme solicitado, a saber Ministério da Saúde, do Meio Ambiente, Direitos Humanos e Cidadania, Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e Ministério

das Mulheres. Das entidades, todas responderam ao Ofício enviado pela SG/PR com as informações sobre as ações: Petrobrás, BNDES, Banco do Brasil, Caixa, Fundação Banco do Brasil e Fundação Parque Tecnológico Itaipu. O IPEA informou à SG/PR, previamente, que apresentaria na reunião os estudos já realizados pelo Instituto envolvendo catadores. O representante do Ministério da Saúde, Sr. Yuri Santos de Brito, foi o primeiro a fazer a apresentação, apontando que não foram localizadas muitas informações no âmbito do Ministério e que houve um desmonte de várias iniciativas em anos anteriores. Indicou que vislumbram duas iniciativas a serem adotadas pelo órgão, uma voltada à área de Vigilância em Saúde e Ambiente, com perspectiva de realização de campanhas educativas para orientar a população em relação aos resíduos sólidos e possíveis riscos aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. A segunda iniciativa, na área de Ciência em Saúde, Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), que possui pesquisas científicas, já realizadas, que envolvem catadores. Informou que essas são ações mais estruturantes para tratar da pauta, que não têm ações em curso no âmbito da atenção primária à saúde e que o Ministério da Saúde estabelecerá pontos focais para a pauta em cada secretaria do órgão.

A representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Sra. Sabrina Andrade dos Santos Lima, deu sequência às apresentações, com menção às informações enviadas previamente e que se referem, em linhas gerais, a convênios e termos de fomento firmados em anos anteriores, ações executadas e em execução realizadas por meio de emendas parlamentares e regulamentação de normativos relacionados à Política de Resíduos Sólidos. Informou sobre tratativas para estabelecimento de parceria com o BID para desenvolvimento de banco de informações sobre cooperativas de catadores e dos esforços que estão sendo realizados para implementar: a regulamentação do Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2013, que trata do certificado de crédito de reciclagem de logística reversa e da logística reversa de embalagens; a regulamentação da Lei nº 14.260, de 08 de dezembro de 2021, que estabelece incentivos à indústria de reciclagem e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem, atualmente em tratativas com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e; elaboração de conteúdos e materiais para o desenvolvimento de ações de educação ambiental.

O terceiro representante a falar foi o Sr. Francisco Nascimento, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), que apontou que o primeiro desafio é garantir a internalização da pauta de catadoras e catadores no Ministério, colocar os catadores em todas as políticas. Prosseguiu falando da necessidade de desenvolver ações para catadores de materiais recicláveis/população em situação de rua, com foco nos avulsos, ou seja, que não se encontram organizados em cooperativas. Destacou que o MDHC conta com algumas secretarias voltadas às situações de vulnerabilidade de, por exemplo, LGBTQIA+, crianças, idosos e pessoas com deficiência. Como ações a serem desenvolvidas falou sobre implementar e apoiar o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, previsto no Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que conta somente com uma unidade, em Belo Horizonte, que precisa ser aprimorada e que pode beneficiar também catadores de materiais recicláveis, considerando o imbricamento entre esses dois públicos. Destacou que a instituição do Centro se constitui em demanda do movimento de população em situação

de rua e, por fim, mencionou que foi expedida a Recomendação nº 9 do Conselho de Direitos Humanos sobre a instituição de ações voltadas ao cooperativismo.

A representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Sra. Iara Attuch, falou sobre o Cadastro Único para Programas Sociais que, atualmente, conta com 42 milhões de pessoas cadastradas e mais de 30 programas que fazem uso dos dados do Cadastro, sendo os mais conhecidos o Programa Bolsa Família e a Tarifa Social de Energia Elétrica. Informou que estão identificadas no Cadastro Único como catador de material reciclável 331 mil famílias, totalizando 608 mil pessoas que se auto identificaram como pertencente a essa categoria. Relatou que está em curso no MDS o Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD-SUAS) para fortalecer o cadastro, a atualização cadastral e a busca ativa, que envolverá públicos específicos, como catadores e catadoras, destacando que apresentaram internamente a proposta de que seja dada maior visibilidade aos catadores. Finalmente, destacou que o MDS pode gerar perfil dos catadores que estão no Cadastro Único e fazer apresentação no CIISC.

Dentre os Ministérios que enviaram previamente as informações à Secretaria-Geral, o último a apresentar foi o Ministério das Mulheres (MMulheres). A Sra. Analine Specht tratou sobre a iniciativa do órgão de retomar o Plano Nacional de Política para as Mulheres, a importância do levantamento das necessidades das mulheres catadoras e que farão a inclusão desse público no Plano Plurianual (PPA) do Ministério, além de estarem estudando a possibilidade de apoio ao Encontro Nacional de Mulheres Catadoras. Informou que, como atendimento às mulheres de uma forma geral, estão reestruturando a política de enfrentamento à violência por meio da ampliação dos canais de denúncia 180, e analisando a possibilidade de que as denúncias possam ser realizadas também por WhatsApp. Falou ainda que o MMulheres retomará a distribuição de patrulhas Maria da Penha, as tratativas sobre a ampliação de vagas em creches e ensino fundamental em tempo integral e sobre a saúde integral das mulheres, destacando que muitas dessas políticas já compunham o Plano Nacional.

Na sequência, a Sra. Tânia Oliveira (SG/PR) passou a palavra às entidades/empresas públicas que integram o CIISC para suas apresentações. A representante da Petrobrás, Sra. Fabiana Raphael, participou da reunião por videoconferência e iniciou destacando que a empresa possui histórico na atuação com catadores e, por meio de slides, indicou que foi realizada seleção pública em 2022, para contratação de cooperativas e associações de catadores, no valor total de até 12 milhões, para coleta em 4 imóveis da Petrobrás na região metropolitana do Rio de Janeiro. O projeto, desenvolvido como piloto, também previu melhoria na infraestrutura das cooperativas e associações, fornecimento de EPIs e de equipamentos. Foram selecionados 3 projetos, com a COOPCARMO, COOPAMA e MESC, no valor total de R\$ 9 milhões, que têm execução prevista por um período de 3 anos. Informou que há interesse em realizarem outros editais, após testarem essa metodologia. A Sra. Fabiana mencionou que desde 2001 a Petrobrás realiza investimento nesse público, que no período 2001-2009 foram investidos R\$ 43 milhões, em 57 projetos, distribuídos em 10 estados e que desde 2002

foram aportados recursos para apoio a diversos eventos de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Ao final, foi solicitado o envio da apresentação para a SG/PR. O BNDES foi o próximo a indicar as ações realizadas para catadoras e catadores, com a apresentação do Sr. Marcos Matias Cavalcante, que informou que desde 2006 o banco apoia esse público, por meio do Fundo Socioambiental, com investimento a fundo não reembolsável. As ações desenvolvidas contam com três modalidades: execução de projeto de forma direta, com contratação de 53 cooperativas; indireta, realizada em 7 municípios que, por sua vez, beneficiaram 57 cooperativas e; por meio do estabelecimento de parcerias com a iniciativa pública e privada, que também envolveu estruturação de 57 cooperativas. Destacou que dentre as iniciativas apresentadas anteriormente, apenas um projeto com o Governo do Distrito Federal encontra-se em execução e viabilizou a construção de dois galpões para os catadores. Acrescentou que estão com dois projetos em análise, decorrente de Chamada de Projetos realizadas em 2022, conforme apresentado na reunião de instalação do CIISC, ocorrida em 11/04/2023. Como último ponto mencionou que o BNDES está com a realização de diagnóstico em curso para mapear todas as ações que já foram realizadas e definir a forma de atuação do Banco mais adequada e efetiva para atuar com as catadoras e catadores.

O Sr. Gabriel Santamaria, representante do Banco do Brasil (BB), foi o próximo a apresentar ações e informou que atualmente mais de 1.700 organizações de catadores atuam no programa coleta seletiva BB. Também atua na disponibilização de linha de crédito sustentável para estados e municípios, que podem beneficiar catadoras e catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis em projetos de instalação de aterros, por exemplo. Como proposta, o Sr. Gabriel falou da possibilidade de se desenvolver projeto de educação financeira, a ser realizado em parceria com a Febraban e outros parceiros.

A Caixa se fez presente por meio de seu representante Jerry Fiusa. Na ocasião levou consigo Renata Heringer, da Gerência de Fomento à Sustentabilidade, representando a suplente Milena Bauer. Informaram que está em avaliação projeto para catadores, com o desenvolvimento de 3 pilotos para implementar ações com base em cinco pilares: 1) Promoção da cidadania e da geração de emprego e renda; 2) Desenvolvimento de cadeias produtivas da logística reversa e fomento à economia solidária; 3) Parcerias com os atores que atuam no ecossistema de Resíduos Sólidos; 4) Fortalecimento de lideranças para protagonismo do público-alvo; e 5) Integração das políticas públicas. Citou o exemplo do Fórum de Pós-Ocupação implementado no Projeto DIST Bromélias. Informou, ainda, que a Caixa vai promover módulos de desenvolvimento para diferentes públicos, catador individual, cooperativas que tenham até 2 anos de existência, entre 3 e 6 anos, as que tenham acima de 7 anos de existência e as cooperativas de 2º grau. Os projetos desenvolvidos pela Caixa são financiados pelo Fundo Socioambiental. Foi solicitado o envio de informações sobre o fórum pós-ocupação bromélias à SG/PR.

A quinta entidade integrante do CIISC a fazer a apresentação foi a Fundação Banco do Brasil (FBB). O Sr. André Botelho apontou que se encontra em execução um projeto para geração e renda de catadores do Paraná na ação de voluntariado da Fundação e outros dois projetos em articulação, um com a Centcoop/DF para aquisição de equipamentos

e outro para apoio à Global Communities. Em acréscimo, o Sr. Rogério Biruel explanou que a FBB já desenvolveu e desenvolve vários projetos pequenos para catadores e que houve investimento concentrado no Cataforte em anos anteriores, especificando que ficaram com 33 planos de negócios, no valor de R\$ 28 milhões, sem execução e que não contaram com a parceria do BNDES e Petrobrás à época, pois estes alegaram que não tinham planos de negócio assinados. O Sr. Rogério sugeriu que o CIISC e a SG/PR fizessem avaliação desses 33 planos de negócios para identificar possibilidades de execução.

A Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI) foi representada pelo Sr. Paulo Squinzani, que participou da reunião por videoconferência e compartilhou apresentação sobre o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos da pasta, que conta com 67 unidades de referência de valorização de recicláveis no estado do Paraná, que contam com acompanhamento e assessoria técnica da FPTI. Cumpriram as seguintes etapas no desenvolvimento do Programa: estruturação das 67 unidades; diagnóstico/planejamento operacional; planejamento público dos serviços; criação do reciclômetro e; murais da transparência. Houve adesão ao Programa por 55 municípios para coleta seletiva e haverá a expansão para mais 15. Os projetos são custeados com recursos a fundo perdido. O Sr. Paulo finalizou chamando a atenção para o fato de que a tributação do ICMS é um gargalo no Paraná e que as cooperativas pagam 12% de imposto, o que pode inviabilizar o funcionamento de várias cooperativas. Foi solicitado que o envio da apresentação para a SG/PR.

Dando sequência às apresentações, o Sr. Gustavo Luedemann, representante do IPEA, falou sobre as publicações do Instituto voltadas às catadoras e catadores: Relatório de Pesquisa sobre Pagamentos por Serviços Ambientais Urbanos de 2010, que contém uma proposta de política – destacou que o governo do Espírito Santo fez contato recente com o IPEA para discutir a proposta; Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos, de 2012; Livro Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro Nacional, de 2016 e; a publicação A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil, de 2017. O Sr. Gustavo apontou que o IPEA está aberto para novos estudos e que poderiam também trabalhar a partir dos dados sobre catadores produzidos pelos diversos órgãos. Após a apresentação dos órgãos que responderam à solicitação da SG/PR com o envio prévio da Matriz de Ações, a Secretaria-Executiva Adjunta abriu a palavra para comentários sobre as apresentações realizadas e para os Ministérios que pretendessem apresentar alguma iniciativa. A representante do Ministério da Educação (MEC), Sra. Tereza Farias, informou que em anos anteriores o Pronatec atuou no atendimento a catadores e catadoras, que, por meio da Política Nacional Curricular poderá ser incluído o eixo meio ambiente para desenvolvimento nas escolas. Informou que o MEC está trabalhando na expansão das matrículas em tempo integral para os alunos em geral e que vão internalizar no Ministério a pauta de catadores. Mencionou que o MEC já havia encaminhado a Matriz de Ações à SG/PR e que devia estar em tramitação.

As ações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foram apontadas pelo Sr. Ary Moraes que, segundo informado, substituirá o Sr. Gilberto Carvalho na titularidade da representação. Informou sobre convênios com governos estaduais em 2012, dos quais 5 ainda se encontram em execução, totalizando R\$ 26 milhões. Também se encontram

em execução 6 projetos custeados com recursos de emendas parlamentares, a maioria no Rio Grande do Sul, com a maior parte do aporte destinado a fomento e apenas uma pequena parte envolve investimento. Na conclusão de sua fala, o Sr. Ary falou da importância do prêmio Cidade Pró-Catador e que seria interessante retomar a iniciativa. O Ministério da Gestão e Inovação (MGI) esteve representado pelo Sr. André Saraiva, que informou que o Ministério ainda enviaria a Matriz de Ações à SG/PR e contribuições ao Termo de Adesão. Mencionou que conversaram internamente ao Ministério sobre se haveria a possibilidade de a pauta de catadores compor o termo e adesão que o MGI já possui com os municípios.

A representante do Ministério das Cidades, Sra. Clesivânia Vieira, comunicou que está sendo retomado o Conselho das Cidades e que catadores poderiam fazer parte, que a política de resíduos está voltada a municípios, estados e consórcios e que a Funasa desenvolvia ações específicas para catadores, destacando que foram selecionadas 34 cooperativas de catadores, com a realização de termos de fomento, por meio da Ação Orçamentária 20AM. Falou da necessidade de organização interna ao Ministério, considerando que todas as ações da Funasa passaram a compor a pasta. Por fim, mencionou que as informações já foram enviadas oficialmente para a SG/PR.

Finalizadas as apresentações, a Sra. Tânia Oliveira retomou a palavra e falou sobre a importância das regulamentações relacionadas ao Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2013, para que o Ministério do Meio Ambiente se manifestasse, e posteriormente, para eventuais comentários dos participantes. A representante do MMA informou que estão trabalhando na proposta de Decreto e que iriam encaminhar informações do CONFAZ sobre a questão do ICMS.

O coordenador do Grupo de Trabalho Catadoras e Catadores de Recicláveis da Defensoria Pública da União (GTC DPU), Sr. Antonio Pádua, comentou que sentiu falta nas ações apresentadas pelo Ministério da Saúde do programa atendimento na rua – consultório de rua -, que é de grande relevância para os catadores e catadoras. Falou da importância de resgatar a coleta seletiva solidária nos órgãos públicos, com a coleta e destinação pelas cooperativas de catadores. Ressaltou que é muito importante que os órgãos sempre envolvam os catadores e catadoras nas formulações de políticas públicas, garantindo, assim, a participação social. Por fim, ressaltou a importância de que houvesse uma área específica no MDHC voltada aos catadores, considerando que, embora a população de rua esteja contemplada, seria mais adequado ter o olhar específico para catadoras e catadores também. Se realmente for inviável criar um departamento específico, que haja a inclusão de catadores no nome do departamento. O Sr. Francisco Nascimento (MDHC) reforçou a importância sobre a reestruturação da coleta seletiva solidária nos órgãos públicos e destacou a necessidade de priorizar os dados e informações sobre os catadores e o compartilhamento no CIISC para o planejamento das ações em cada órgão.

A representante do Ministério da Igualdade Racial (MIR), Sra. Isadora Silva pergunta se o MEC tem informações sobre catadores e, diante da resposta negativa, foi informada pela representante do MDS que o Cadastro Único dispõe de informações sobre famílias e pessoas e que seria possível fazer um perfil dos catadores incluídos no cadastro único para apresentação na próxima reunião do CIISC. A Secretária-Executiva Adjunta da

SG/PR fala que a apresentação é importante e que, juntamente com as informações do Cadastro Único, é fundamental identificar um órgão ou entidade que possa realizar um diagnóstico dos catadores no Brasil. Ainda sobre dados, a representante do Ministério das Cidades informa que dispõem de informações sobre municípios, registradas no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

O Sr. Ary Moraes, representante do MTE fala que a questão do PIS/COFINS está no Supremo e que, se aprovado, o movimento de catadores estima que haverá fechamento de 25% de cooperativas, sendo importante, portanto, o acompanhamento da questão pelo CIISC. Informou também que estão abertos para discutir o passivo do Cataforte 3. A Sra. Tânia Oliveira reforçou, por fim, a importância de que todos leiam os documentos e respondam às demandas apresentadas pela SG/PR, dando por encerrada a reunião, destacando os seguintes encaminhamentos:

- Envio das apresentações realizadas na reunião (Petrobrás e Fundação Parque Tecnológico Itaipu);
- MMA enviará minuta de Decreto;
- FBB enviará informações sobre os planos de negócio;
- Caixa enviará informações sobre o projeto bromélias;
- Ministérios que não enviaram a Matriz de Ações, deverão fazê-lo e remeter à SG/PR.

---

Tânia Maria Oliveira – SG/PR

---

Sabrina Andrade dos Santos Lima - MMA

---

José Luis Neves Xavier - MMA

---

Francisco das Chagas Santos do Nascimento - MDHC

---

Tereza Santos Farias - MEC

---

Clesivania Santos Rodrigues e Silva Vieira - MCidades

---

Antônia do Socorro Pena da Gama – SRI/PR

---

André Luiz Lara Resende Saraiva – MGI

---

Roseli Faria – MJ

---

Antônia Vanderlúcia de Oliveira Simplício - MTE

---

Isadora de Oliveira Silva - MIR

---

Yuri Santos de Brito - MS

---

Analine Almeida Specht - MMulheres

---

Iara Monteiro Attuch - MDS

---

Paulo Penha de Lima - MDS

---

Gabriel Maceron Santamaria – BB

---

Jerry Fiusa dos Santos - Caixa

---

Andre Grangeiro Botelho – FBB

---

Rogério Bressan Biruel – FBB

---

Celina Rangel Tura – BNDES

---

Gustavo Luedemann – IPEA

**Membros participantes on-line:**

Fabiana Nazario Raphael – Petrobrás

Marcello Nunes Brandão - Petrobrás

Ana Cristina Rodrigues da Costa – BNDES

Paulo Henrique Squinzani – PTI/Itaipu

**Demais participantes (que não compõem o CIISC):**

Antonio Ernesto de Oliveira – DPU

Antonio Pádua (DPU)

Ary Moraes Pereira – MTE

Maria Carolina Lage – Casa Civil

Micheline Mendonça Neiva - AGU

Marcos Matias Cavalcante – BNDES

Renata Heringer - Caixa